



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

MAYRA WILL DE ALBUQUERQUE

**REFLEXÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS:
APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PERSPECTIVA PRÁTICA**

**JOÃO PESSOA
2016**

MAYRA WILL DE ALBUQUERQUE

**REFLEXÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS:
APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PERSPECTIVA PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a Ma. Naiany de Souza Carneiro.

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A345r Albuquerque, Mayra Will de
Reflexões sobre a acessibilidade nos arquivos [manuscrito] :
apontamentos teóricos para uma perspectiva prática / Mayra Will
de Albuquerque. - 2016.
31 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profª Ma. Naiany de Souza Carneiro,
Departamento de Arquivologia".

1. Acessibilidade. 2. Arquivos. 3. Arquivos acessíveis. I.
Título.

21. ed. CDD 027.8

MAYRA WILL DE ALBUQUERQUE

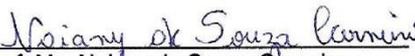
REFLEXÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS:
APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PERSPECTIVA PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso em
Arquivologia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
bacharel em Arquivologia

Orientador: Prof. Ma. Naiany de
Souza Carneiro.

Aprovada em: 19/10/2016.

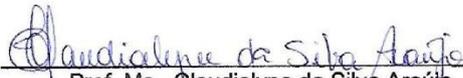
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Naiany de Souza Carneiro.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Prof. Ma. Maria Amélia Teixeira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinadora



Prof. Ma. Claudialyne da Silva Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Nesta difícil jornada não caminhei sozinha, tive sempre grandes pessoas ao meu lado, me incentivando e apoiando, graças a elas concluo mais uma etapa em minha vida. Em primeiro lugar agradeço a Deus, que pela sua graça e misericórdia, me condicionou a estar escrevendo este trabalho.

Agradeço a toda minha família, em especial ao meu pai Mário Ávila, pela dedicação e esforço para me proporcionar toda a educação, experiência de vida, sendo exemplo de caráter e honestidade. Ao meu primo Ítalo Ávila, que teve tanta paciência nas horas que me vi agoniada, por cada conselho de incentivo, por estar sempre ao meu lado. As minhas irmãs Marilha Will e Mariza Will por todo o apoio e as palavras de conforto, mesmo estando longe, mas sempre presente.

A todos os colegas de classe.

Aos meus amigos (as), Amanda Leite, Daniela Souza, Erika Costa, Niélida Samara, Ludmila Ferreira, Madalena Teixeira, Ana Flor, Laura Amanda, Mariana Amorim, Iane Pires e Ramon Magalhães, que fizeram parte dessa jornada acadêmica, e que levarei para a vida toda.

Enalteço também, aos professores da UEPB que me passaram conhecimentos e que me serviram de inspiração.

Agradeço as professoras Mestras Maria Amélia Teixeira e Claudialyne Araújo por terem aceito o convite de participarem da banca examinadora do meu TCC, quero ouvir cada uma com muito respeito e sabedoria, pois sei que possuem conhecimentos enriquecedores, e suas respectivas contribuições irão deixar o meu trabalho mais incrível.

A minha orientadora Mestre Naiany de Souza Carneiro, por acreditar em mim e nessa temática tão fundamental e de extrema importância para a comunidade acadêmica e para a sociedade, e que hoje me fez abrir os olhos para uma reflexão contínua.

Muito obrigada a todos vocês!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA	8
3	PANORAMA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	9
3.1	LEIS DIRECIONADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	15
4	ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	18
4.1	A RELAÇÃO DO ESTUDO DOS USUÁRIOS PARA ACESSIBILIDADE DOS ARQUIVOS	21
4.2	UM ARQUIVO ACESSIVEL COM BASE NO CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL	24
4.3	PROPOSTA DE INSERÇÃO DAS DISCIPLINAS DE LIBRAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
6	REFERÊNCIA	30

REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS: APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PERSPECTIVA PRÁTICA

Albuquerque, Mayra Will de¹

RESUMO

Nas últimas duas décadas a sociedade tem avançado, mesmo que no ritmo lento, em algumas quebras de paradigmas e mudança de pensamento. A história mostra o pré-conceito existente e a falta de informação quanto ao tratamento correto para com as pessoas com deficiência. Com o advento das leis que buscam garantir a igualdade e equidade, as instituições privadas e governamentais tem mudado sua conduta com relação à forma como lidam com as pessoas com deficiência. Imerso nesse contexto, este estudo teve como objetivo discutir a questão da acessibilidade no contexto dos arquivos, temática pouco discutida, isto, com a finalidade de incitar uma reflexão teórica com perspectiva prática. Esta pesquisa caracteriza-se exploratória haja vista que buscou aprofundamento bibliográfico acerca do tema e, também como descritiva. Os resultados possibilitaram identificar a inacessibilidade tanto no que diz respeito às barreiras de acesso físico como as barreiras de acesso à informação e comunicação, por parte das pessoas com deficiência. Posto isto, compreende-se que a arquivologia, necessita buscar refletir e discutir tal temática em seus diversos níveis, tanto teóricos quanto práticos, sendo esta uma responsabilidade social deste campo, a saber: a preocupação com o acesso aos documentos de arquivo para os usuários, incluindo as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Arquivos. Arquivos Acessíveis.

¹ Acadêmica do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus V. E-mail: mayra.will@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

É assegurado na Constituição Federal o direito do acesso à informação. De acordo com a mesma, todos têm o direito de ter acesso à informação se resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. O direito ao acesso à informação consiste em um direito que está intimamente relacionado ao conceito de democracia e cidadania.

O acesso à informação e aos documentos propicia desenvolvimento social, intelectual e econômico, além de ser fundamental à formação da cidadania e do senso crítico das pessoas, incluindo as pessoas com deficiência.

Contudo, a realidade é que em muitos locais públicos e privados constituídos como unidades de informação, a saber, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, possuem nos aspectos estruturais e informacionais características de inacessibilidade, estas são barreiras intransponíveis, o que vem a prejudicar o acesso aos prédios públicos e privados bem como ao acervos documentais por parte dos usuários com deficiência, um formato inadequado da informação frente às necessidades especiais dos indivíduos os tornando inacessíveis.

Percebe-se que as pessoas com deficiência ao buscar o acesso aos documentos se deparam com vários obstáculos, desde a arquitetura das unidades de informação, suportes, formatos e instrumentos de informação, até a ausência de recursos humanos capacitados para atendê-los com base em suas especialidades, bem como nas políticas e atitudes de bibliotecários e auxiliares, o que dificulta o acesso e o uso da informação.

No Brasil, um número considerável de cidadãos apresenta algum tipo de deficiência, definitiva ou temporária, seja física, mental, intelectual ou sensorial (Senso 2010). Entre estes, encontram-se as pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida, como, por exemplo, pessoas em cadeiras de rodas e usuários de bengalas; com limitação visual parcial e total, como as pessoas cegas e com baixa visão; com limitação auditiva total e parcial, a exemplos dos surdos ou pessoas com deficiência auditiva, além dos idosos, os doentes crônicos, as gestantes e as pessoas que apresentam medidas antropométricas extremas, como obesidade, estatura muito alta ou muito baixa. Esses usuários cidadãos formam um grande grupo de pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) para exercer seu

direito de ir e vir e mais do que isso, seu direito de interagir com o mundo a sua volta e com os demais. Especialmente no que se refere ao acesso à informação, percebe-se, por vezes, que essas pessoas consideradas sem nenhum tipo de deficiência, pelo menos, diagnosticada.

Com base no que fora exposto, este artigo monográfico tem o objetivo de discutir uma questão, até então pouco aprofundada, a saber, a questão da acessibilidade nos arquivos, buscando incitar uma reflexão teórica com perspectiva prática.

Sabe-se que a realidade vivenciada atualmente, não apenas, nos arquivos, mas nos demais lugares de acesso público corresponde a falta de acessibilidade arquitetônica, o que vem a prejudicar a acessibilidade aos outros meios, em especial, aos meios de informação, incluindo os documentos de arquivo.

1 METODOLOGIA

De modo a buscar aportes teóricos à respeito da temática e por ser a temática pouco discutida na área da arquivologia optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica. Conforme Andrade (1997) uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc.

Enquanto trabalho autônomo, a pesquisa bibliográfica compreende várias fases, que vão da escolha do tema à redação final. A escolha do tema deve ser feita segundo alguns critérios, como pesquisar a temática proposta a uma bibliografia sobre o assunto, escolhido o tema, faz-se necessário delimitá-lo, ou seja, definir sua extensão e profundidade, o tipo de abordagem. É importante que os objetivos sejam claramente estabelecidos a fim de que as fases posteriores da pesquisa se processem de maneira satisfatória. Após essa definição, convém definir um plano de trabalho para orientar os procedimentos seguintes. De posse do tema segue-se para a coleta de dados, em bibliotecas, fichários, catálogos, abstracts, sites, revistas... que fornecerão os dados essenciais para a elaboração do trabalho.

Esta pesquisa também se caracteriza como sendo exploratória e descritiva de acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento

bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, já a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

As publicações na área de acessibilidade são poucas tendo em vista que é um assunto que vem sendo debatido nos últimos anos, embora exista a incipiência das publicações a pesquisa não foi comprometida no objetivo a que se propôs.

3 PANORAMA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Deficiência do latim *deficientia* significa “falta, lacuna, imperfeição, insuficiência”. Na Biologia também quer dizer “mutação cromossômica que consiste na perda de um pedaço de cromossomo” (MICHAELIS, 1998).

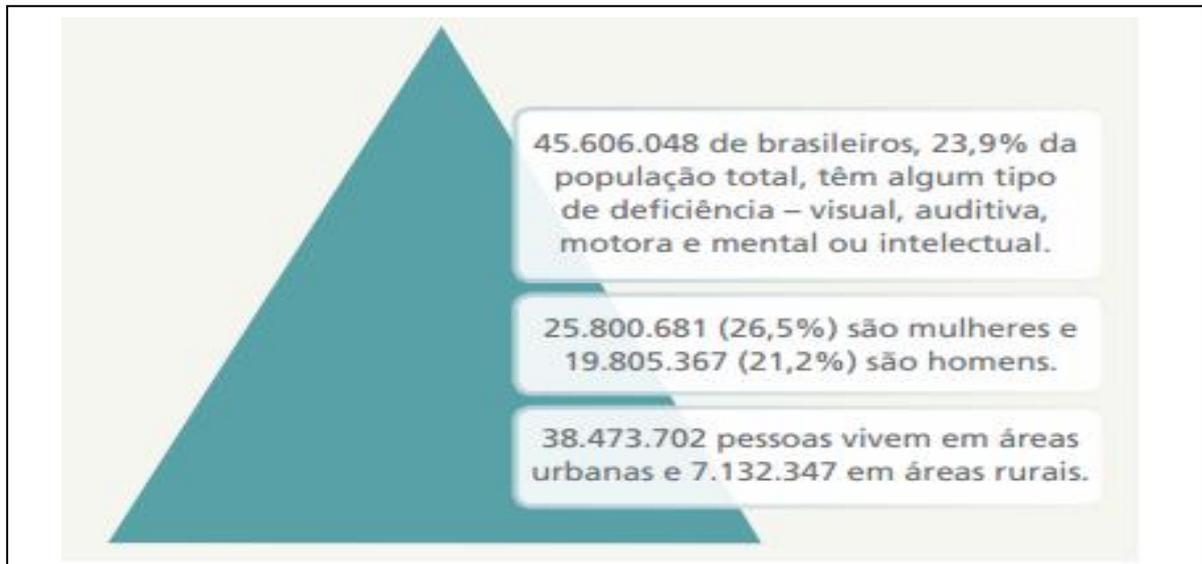
Em seu Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, Ferreira (2002) acrescenta: “falha, carência, defeito”. Em todas as definições é possível perceber que deficiência é o que foge da normalidade. É uma pessoa, coisa ou estado que não está dentro de um padrão.

Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo demográfico de 2010, descreveram diferentes tipos de deficiência e as características das pessoas que compõem esse segmento da população. A deficiência foi classificada pelo grau de severidade de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades.

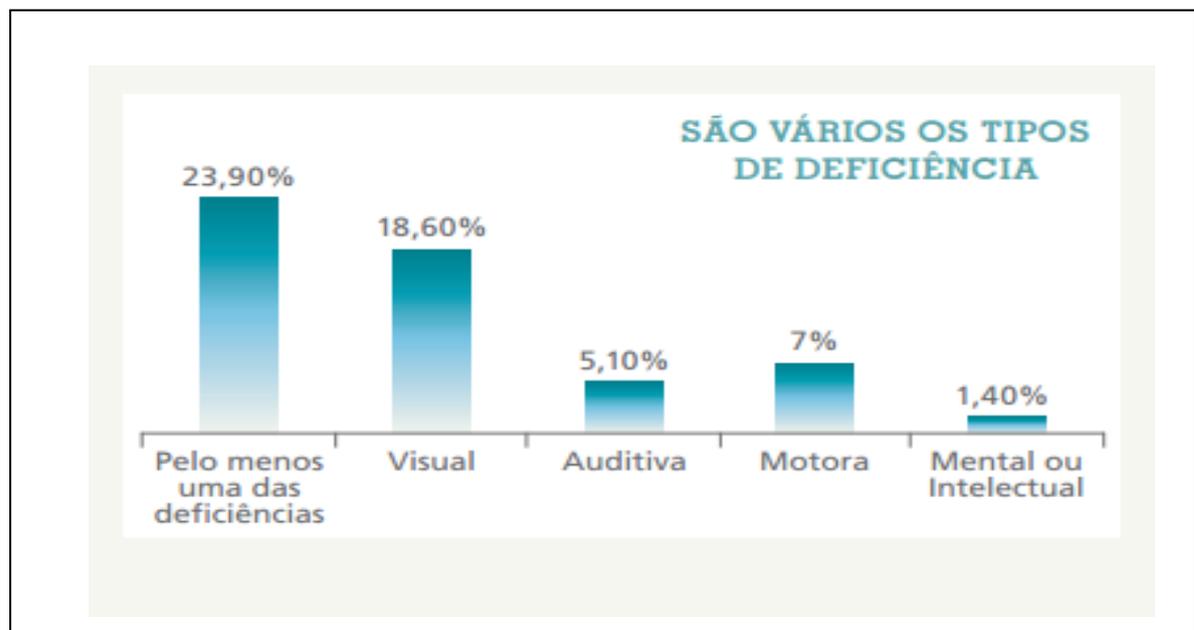
A avaliação foi feita com o uso de facilitadores como óculos e lentes de contato, aparelhos de audição, bengalas e próteses. As perguntas feitas aos entrevistados buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e motora pelos seguintes graus de dificuldade:

- a) tem alguma dificuldade em realizar;
- b) tem grande dificuldade;
- c) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual.

A pesquisa demonstrou os seguintes dados:



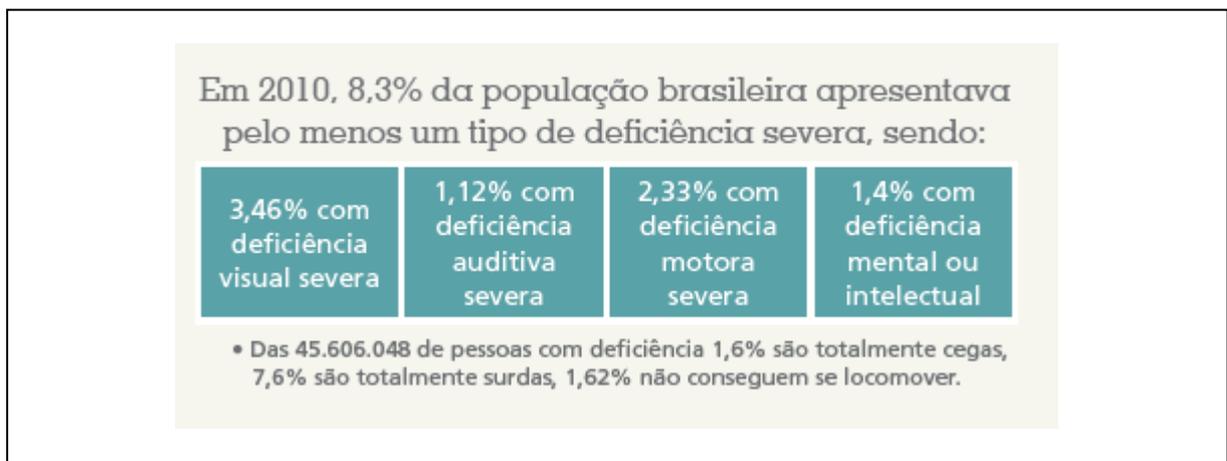
Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência



Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência

Considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Os direitos humanos são assegurados a todos os brasileiros com deficiência e para esse grupo são desenvolvidos programas e ações do Governo Federal e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No entanto, o foco primário das políticas públicas é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa. O contingente de pessoas identificadas por possuir deficiência severa foi calculado pela soma das respostas positivas às perguntas “tem grande dificuldade” e “não consegue de modo algum”.



Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência

A Região Nordeste teve o maior índice de pessoas com pelo menos uma das deficiências, de 26,3%. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente. Esses dados corroboram a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza e que os programas de combate à pobreza também melhoram a vida das pessoas com deficiência



Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência

Entre os estados brasileiros, a maior incidência da deficiência ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com taxas de 27,76% e 27,58%, respectivamente, bem acima da média nacional de 23,9%. As mais baixas ocorreram no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, com 22,3% e 22,6%, respectivamente. Embora as políticas para as pessoas com deficiência sejam, em sua grande maioria, nacionais, estados e municípios desenvolvem políticas complementares e executam ações dos programas federais.

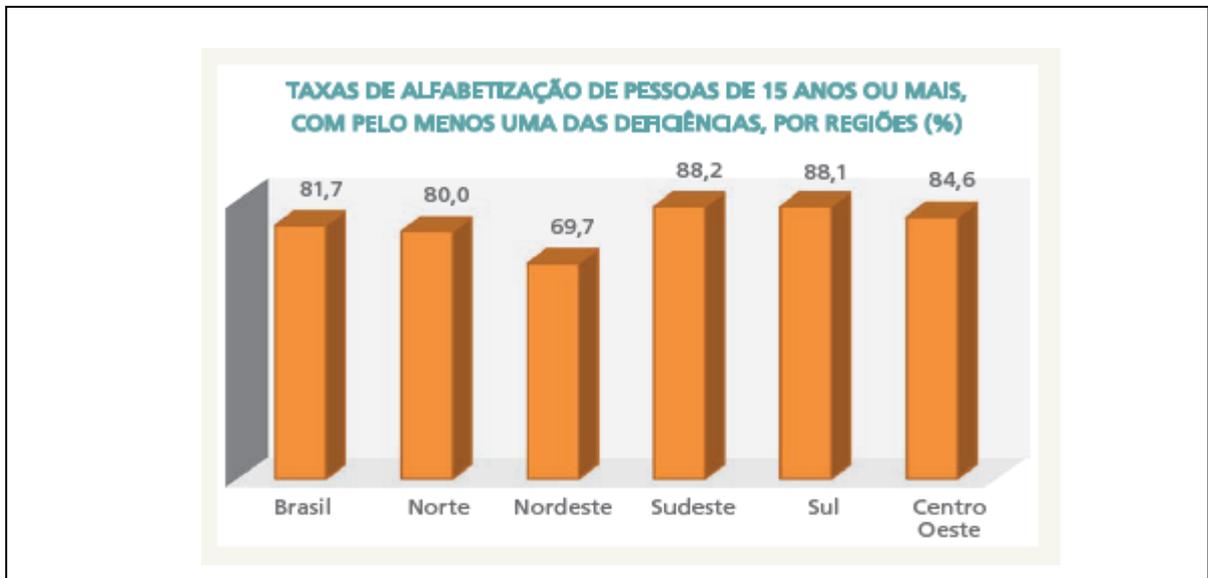
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESTADOS BRASILEIROS COM PELO MENOS UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS – CENSO 2010 – POPULAÇÃO RESIDENTE E PROPORÇÃO		
Brasil	45 623 910	23,92%
Rondônia	345 411	22,11%
Acre	165 823	22,61%
Amazonas	791 162	22,71%
Roraima	95 774	21,26%
Pará	1 791 299	23,63%
Amapá	158 749	23,71%
Tocantins	307 350	22,22%
Maranhão	1 641 404	24,97%
Plauí	860 430	27,59%
Ceará	2 340 150	27,69%
Rio Grande do Norte	882 681	27,86%
Paraíba	1 045 631	27,76%
Pernambuco	2 426 106	27,58%
Alagoas	859 515	27,54%
Sergipe	518 901	25,09%
Bahia	3 558 895	25,39%
Minas Gerais	4 432 456	22,62%
Espírito Santo	824 095	23,45%
Rio de Janeiro	3 900 870	24,40%
São Paulo	9 349 553	22,66%
Paraná	2 283 022	21,86%
Santa Catarina	1 331 445	21,31%
Rio Grande do Sul	2 549 691	23,84%
Mato Grosso do Sul	526 672	21,51%
Mato Grosso	669 010	22,04%
Goiás	1 393 540	23,21%
Distrito Federal	574 275	22,34%

Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência

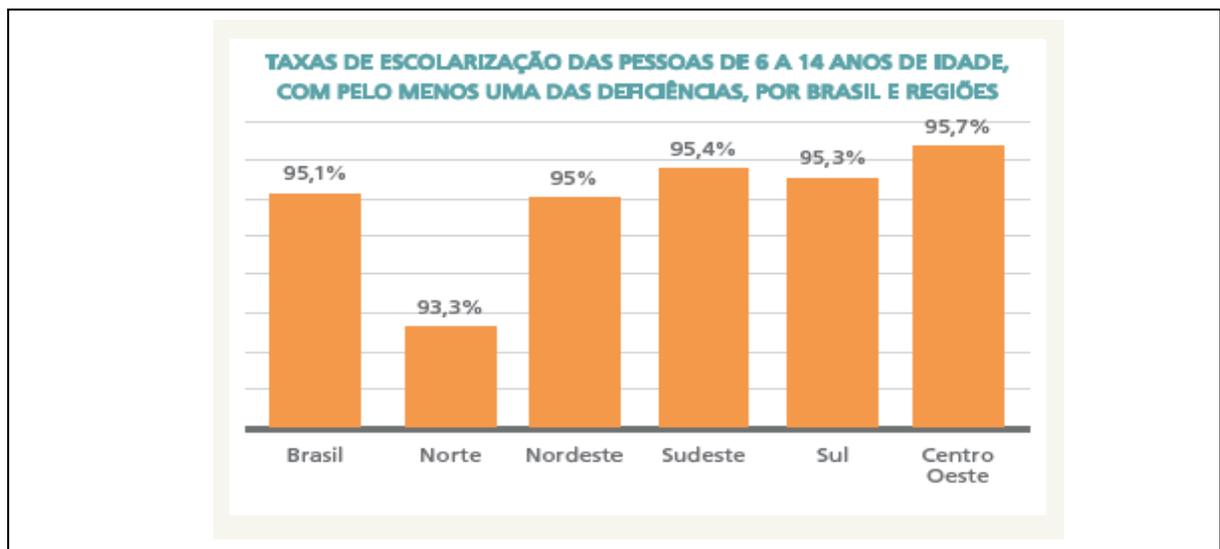
A lei brasileira garante o ensino fundamental gratuito a todo cidadão a partir dos 6 anos de idade com duração de 9 anos. A partir daí o Estado não é mais obrigado a oferecer ensino gratuito à população. Esse seria um, entre outros, dos motivos da redução do grau de escolaridade à medida que o indivíduo vai atingindo mais idade.

Segundo o IBGE, taxa de escolarização é a porcentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. O ensino obrigatório no Brasil começa com a matrícula da criança aos seis anos de idade e tem duração de nove anos. A taxa de escolarização foi calculada para o grupo etário total de 6 a 14 anos e para o segmento das crianças com pelo menos uma das deficiências. Observa-se que essa taxa foi relativamente uniforme tanto entre as regiões como entre os dois segmentos da população. As taxas mais baixas ocorreram na Região Norte, 94% para o total e 93,3% para a população com

deficiência, sendo a diferença entre eles a menor entre as regiões, de 0,7%. Os maiores valores foram verificados nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, de 97,4%.



Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência



Fonte: Cartilha do senso 2010 – Pessoas com Deficiência

É importante salientar que o fato de ser portador de alguma deficiência reduz ainda mais a taxa de escolarização. A taxa de alfabetização para as pessoas de 15 anos ou mais é de 87,1%. Entre deficientes esta proporção cai para 72%.

Considerando somente as incapacidades severas, o índice de alfabetizados maiores de 15 anos cai para 61,6%. A taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos portadoras de deficiência é de 88,6%, seis pontos percentuais abaixo da taxa de escolarização das crianças sem nenhum tipo de deficiência.

No campo socioeconômico as diferenças persistem. A proporção de homens que ganha até um salário mínimo é de 20,2% e das mulheres é de 28,5%. Esse valor, para os que se declaram portadores de deficiência, é de 25,7% (homens) e 35,7% (mulheres).

Outra conclusão importante a que chegou o Censo de 2010 é que incapacidade e pobreza estão intimamente relacionadas. A presença de deficiência aumenta o nível de dificuldade dessas pessoas em superarem problemas.

As pessoas deficientes têm níveis mais baixos de educação, de salários, de inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, uma boa parte que consegue se inserir no mercado de trabalho concentra-se em atividades que exigem menor especialização. Vale destacar que esses dados, ainda que sejam de oito anos atrás e mesmo que parcialmente desatualizados, são esclarecedores.

O objetivo da utilização desses números é dar uma noção da participação dos portadores de deficiência na sociedade brasileira. A presença de deficiência aumenta o nível de dificuldade dessas pessoas em superarem problemas.

3.1 LEIS DIRECIONADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, a pessoa deficiente foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres (SILVA,1987). As questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil, por exemplo: mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras... foram construídas culturalmente (Figueira, 2008).

Através da história é possível identificar aspectos importantes, como política de exclusão ou rejeição das pessoas com algum tipo de deficiência praticada pela maioria dos povos indígenas, ou maus tratos e a violência como fatores determinantes da deficiência nos escravos, e como, desde os primeiros momentos da nossa história consolidou-se a associação entre deficiência e doença.

O avanço na medicina ao longo do século XX trouxe uma maior atenção em relação aos deficientes, ao longo da história, a deficiência foi tratada em ambientes hospitalares e assistenciais. Ao estudar o assunto, os médicos tornavam-se os grandes especialistas nessa área e passavam a influenciar, por exemplo, a questão educacional das pessoas com deficiência, tendo atuação direta como diretores ou mesmo professores das primeiras instituições brasileiras voltadas para a população em questão.

O grau de desconhecimento sobre as deficiências e suas potencialidades, porém, permaneceu elevado na primeira metade do século XX, o que se percebe pelo número considerável de pessoas com deficiência intelectual tratadas como doentes intelectuais. A falta de exames ou diagnósticos mais precisos resultou numa história de vida trágica para milhares de pessoas nesta condição, internadas em instituições e completamente apartadas do convívio social. O acesso a informação e a inclusão social de portadores de necessidades especiais se desenvolveram desde os hospícios até a inclusão no ambiente educacional e profissional. Os deficientes intelectuais por exemplo não recebiam qualquer tipo de educação. No início do século XIX eles eram tratados como “alienados mentais” e não recebiam qualquer tipo de tratamento. Aqueles que não oferecessem riscos à sociedade ficavam vagando pelas ruas já os “agressivos”, eram destinados a ficar acorrentados dentro de cadeias (MAZZOTTA, 2005).

Na década de 40, começou a ser usada a expressão “crianças excepcionais”, cujo significado se referia a “aquelas que se desviavam acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais” (Figueira, 2008, p. 94). O senso comum indicava que estas crianças não poderiam estar nas escolas regulares, do que decorre a criação de entidades até hoje conhecidas, como a sociedade Pestalozzi de São Paulo (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954). Essas entidades, passaram a pressionar o poder público para que este incluísse na legislação e na dotação de recursos a chamada “educação especial”, o que ocorre, pela primeira vez, na lei de diretrizes e bases da educação nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Felizmente percebeu-se que as pessoas com deficiência poderiam estar nos ambientes escolares e de trabalho comuns a toda população, frequentando

também o comércio, bares, restaurantes ou prédios públicos, enfim, não precisariam estar sempre circunscritas ao espaço familiar ou das instituições especializadas.

Embora se perceba avanços significativos, os movimentos que tratam da inclusão e dos direitos de usuários com deficiência no âmbito acadêmico e profissional têm crescido ainda de forma muito lenta. No âmbito escolar ainda é comum nos deparar com professores e funcionários pouco capacitados para lidar com este tipo de público.

Ações governamentais como a criação da Lei nº 7.853/89 Art. 2º que diz: cabe ao poder público e seus órgãos assegurar às pessoas portadores de deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social ao amparo à infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico.

O acesso da pessoa com deficiência conforme o Art. 8º, do capítulo III do decreto federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 que regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e a de nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

Art. 8º para fins de acessibilidade considera-se:

I – Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

II – Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso a informação. Classificadas em:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes em áreas públicas e nos espaços de usos público;
- b) Barreiras nas edificações: as existentes nos entornos e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado familiar;
- c) Barreiras de transportes: as existentes no serviço de transportes;

d) Barreiras nas **comunicações e informações**: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte à impossibilidade a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio de dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso a informação.

4 ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A conceituação moderna define arquivo como um conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por se e seus sucessores para efeitos futuros (PAES, 2004, p. 19). De acordo com Rousseau e Couture (1994) documento é um conjunto constituído por um suporte [peça] e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova. Para Paes (2004) o termo arquivo pode também ser usado para designar:

- conjuntos de documentos;
- móvel para guarda de documentos;
- local onde o acervo documental deverá ser conservado;
- órgão governamental ou institucional cujo objetivo seja o de guarda e conservar a documentação ;
- títulos de periódicos – geralmente no plural virgula devido a influência inglesa e francesa;

Em resumo entende-se que arquivo é o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público, entidades privadas e pessoas físicas em decorrência do exercício de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação. Não podemos negligenciar, conforme enfatiza Lopez (2008, p. 5), que os arquivos estão presentes em todas as esferas sociais, por tratarem dos documentos como produtos das múltiplas atividades da organização e gestão humana.

As funções do arquivo são de natureza auxiliar ou instrumental. Isto equivale a dizer que constitui uma atividade interna que tem por objetivo manter a organização ou a instituição em perfeitas condições de funcionamento. Hereda (1995) traz o argumento de que tradicionalmente são três as funções de um arquivo: recolher, conservar e servir.

Rousseau e Couture (1994, p.157) postulam que: “na idade média documentos eram conservados unicamente por causa do seu valor. Na idade moderna, continua a ser esta a razão que justifica a conservação de muitos documentos, para se provar ou pôr em evidência um direito ou uma obrigação. ”

Corroborando com o mesmo pensamento Paes (2004) afirma que a função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda. Para que os arquivos possam desempenhar suas funções, torna-se indispensável que os documentos estejam dispostos de forma a servir ao usuário com precisão e rapidez.

A principal finalidade de uma unidade informacional é articular a relação entre as diversas fontes de informação e as pessoas, considerando seus perfis e necessidades sob a influência de certos ambientes. (BARRETO; IBICT, 1997)

Não só as bibliotecas, museus, arquivos e centros de informação e documentação são considerados unidades de informação, visto que diante das características e exigências da era da informação, outras organizações e os diversos setores intra-organizacionais também são responsáveis pelo gerenciamento da informação documental e arquivista, sejam elas organizações públicas, privadas ou do 3º setor (organizações não governamentais).

Temos, então, associações, órgãos públicos e empresas de informação, setores organizacionais como núcleos de tecnologia da informação, setores de processamento de dados, telemarketing e etc. Diante da profusão das unidades de informação surge um nicho de trabalhadores dedicados à organização e tratamento da informação nessas instituições, embora muitas vezes não sendo especializados ou devidamente capacitados.

[...] uma sociedade que aceita os diferentes e que cresce com as diferenças, uma sociedade inclusiva, sem miséria, sem injustiça, sem exploração social e econômica, sem marginalização social, uma sociedade sem exclusão. Exclusão significa estar à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja

em algum de seus aspectos, seja no acesso à informação. (MORO; ESTABEL, 2011).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013), está inserido, na própria Constituição da República, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Constituindo, ainda, como dever do Estado o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208, III, da CF).

Ainda com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013) Art. 6º. Para fins de aplicação desta lei considera-se:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, não excluindo os recursos de tecnologia assistiva quando necessários.

III – tecnologia assistiva: produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

IV – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça a plena participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos, à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, dentre outros, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas, nos espaços de uso público e privados de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes que impeçam ou prejudiquem a participação social das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

V – comunicação: abrange as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação.

VI - adaptação razoável: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso e em caráter extraordinário, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

4.1 A RELAÇÃO DO ESTUDO DOS USUÁRIOS PARA ACESSIBILIDADE DOS ARQUIVOS

O preconceito e o descumprimento das leis que protegem os direitos dos usuários com deficiência dificultam ainda mais a vida dessas pessoas. O deficiente tem o direito à saúde, educação, cultura, emprego, moradia tanto quanto qualquer outro cidadão, mas a realidade é que, muitas vezes, ele fica alheio a tudo isso. Assim os usuários com deficiência ficam à margem de uma sociedade que não consegue conviver plenamente com as diferenças.

Em um país repleto de desajustes sociais, econômicos e políticos como o Brasil é imprescindível que haja esforços para a democratização da informação afim de que possa auxiliar o indivíduo a ter condições de elaborar o insumo recebido, transformando-o em conhecimento que lhe traga benefícios (BAGGIO, 2000).

Ressalta-se o papel das unidades de informação como instituições sociais responsáveis pela realização e promoção de práticas informacionais, de exigência político-social e epistemológica de que estas sejam cada vez mais justas, democráticas e acessíveis – compreendendo-se práticas informacionais como práticas sociais, culturais e educativas de tratamento, organização e comunicação da informação, como geração, transferência, difusão/disseminação, armazenamento, recuperação e uso da informação (ARAÚJO, 1998; MARTELETO, 1992).

Choo (2003) define que o usuário pode ser qualquer ente: pessoa, instituição ou o próprio serviço de informação que precisa suprir determinada necessidade informacional. Nisso, os estudos de usuários visam verificar estas necessidades informacionais através de variáveis que o utilizador demanda. Quando se estuda informação é necessário qualificá-la, nesse sentido, os estudos do usuário são estudos da comunidade onde o usuário está inserido, logo as características da instituição impactam no perfil do usuário, ainda mais tratando-se de serviços especializados.

Quanto a estes estudos, discute-se um modelo de comportamento informacional, que é utilizado para compreensão do comportamento informacional dos indivíduos. Ele comporta-se da seguinte forma:

- Faz pesquisa ou busca em “sistemas formais” ou seja, os sistemas e serviços de informação institucionalizados como bibliotecas, arquivos, serviços online, publicações, centros de informação, entre outros;
- Também busca em “outros sistemas”, cuja função primária não é a oferta de informação (por exemplo, o usuário pode ir a uma revenda de veículos, que pode ser utilizadas para se obter informações sobre preços de automóveis);
- Por último, as informações podem ser obtidas a partir de outras pessoas, através de socialização ou troca de informação com reciprocidade.

Quanto às necessidades de informação (*information needs*), influenciadas pela noção de contexto (locus de busca e uso da informação), pode-se afirmar que divide-se em três grandes componentes:

- “O mundo da vida do usuário” (user’s life world) que é a totalidade das experiências do indivíduo como um usuário de informação em seu grupo de referência (ou de convívio) além do próprio indivíduo;
- O sistema de informação (information system) que interage com o mundo do usuário, o grupo ao qual pertence e o mediador, em geral um ser humano ou profissional da informação, e a tecnologia vista como um conjunto de técnicas para constituir um sistema de busca informacional;
- Fontes de conhecimento, onde sistema de informação deve ter acesso a origens diversificadas de informação e conhecimento.

Quanto a caminhos de pesquisa na área de informação, estes trazem uma abordagem qualitativa, os contextos e grupos específicos a serem observados, além da necessidade de adoção de conceitos da psicologia e sociologia nos estudos destes usuários. Entender a informação no trabalho e em ambientes sociais como entidade física ou fenômeno ou um canal de comunicação por onde mensagens são transferidas.

Em relação, ainda, aos estudos de usuários e do seu modelo de comportamento informacional, ressalta-se a importância de identificar as necessidades informacionais destes utilizadores (que tem relação com o estado anômalo de conhecimento próprio de cada indivíduo): seu desejo, sua demanda expressa e sua demanda satisfeita. Estes estudos de necessidades de usuários buscam trabalhar com categorias de relações ao avaliar a associação do usuário com o sistema de informação. Assim, mapeia-se o desconhecimento do usuário em relação ao sistema de informação, a performance do mediador e o estado da tecnologia ou do ambiente informacional. Visa-se, com isso, identificar aspectos do ambiente informacional para possibilitar satisfazer as diferentes necessidades, explorar os papéis dos usuários (no ambiente de trabalho ou vida social) e o

alargamento da percepção do usuário e seu comportamento para qualificar a recuperação, uso ou apropriação, além da relevância e pertinência.

4.2 UM ARQUIVO ACESSÍVEL COM BASE NO CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL

Em 2 de dezembro de 2004 foi promulgado o Decreto nº 5.296:2004 que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”. Esse Decreto estipula um prazo de 30 meses, para que os lugares públicos organizem seus espaços de forma a torná-los acessíveis.

Sabemos que grande parte dos prédios não apresentam acessibilidade espacial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderem esse direito, sendo necessário fazer uso da legislação para que de fato os ambientes se transformem em ambientes acessíveis e conseqüentemente acolhedores.

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente na engenharia dentro de uma perspectiva ampla de inclusão. É preciso verificar as necessidades específicas oriundas de cada tipo de dificuldade: motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla.

Segundo Dischinger e Machado (2006) acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para uma pessoa sair de um ponto e ir para outro é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). Ao entrar no ambiente deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a atividade desejada através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Uma pessoa com deficiência visual deveria poder obter informação através de mapas táteis e em braille para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar em uma biblioteca por exemplo deve ser possível a todos alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Prover acessibilidade espacial

é, sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania.

A acessibilidade depende das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de locomoção e de uso de atividades que permitam aos indivíduos participar da sociedade e estabelecer relações com as demais pessoas. Recorrendo a (Dischinger, 2004) os projetos arquitetônicos acessíveis podem se valer dos cinco princípios do Desenho Universal que muito colaboram para a inclusão. São eles:

1º) Direito à equidade, participação: Todos os ambientes devem ser desenhados de forma a não segregar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a integração entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. Desta forma, ambientes e equipamentos adaptados não devem ser isolados dos demais espaços, possibilitando o uso independente, na medida do possível, por indivíduos com habilidades e restrições diferentes. (DISCHINGER, 2004)

2º) Direito à independência: todos os espaços físicos devem permitir o desempenho de atividades de forma independente por todos, no caso de indivíduos com restrições deve-se prover as condições para sua independência. Na impossibilidade da realização de atividades de forma independente, o indivíduo tem direito a um acompanhante.

3º) Direito à tecnologia assistiva: todos os portadores de necessidades especiais têm direito à utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e material técnico-pedagógico adaptados de uso individual ou coletivo necessários para o desempenho das atividades.

4º) Direito ao conforto e segurança: todos os ambientes e equipamentos devem possibilitar seu uso e a realização de atividades com conforto e segurança, de acordo com as necessidades especiais de cada indivíduo. O desenho deve minimizar o cansaço, reduzir o esforço físico, evitar riscos à saúde e acidentes dos usuários.

5º) Direito à Informação Espacial: Deve estar prevista a possibilidade de acesso à informação espacial necessária para a compreensão, orientação e uso dos espaços a todos, independentemente de suas habilidades. A informação espacial é fornecida através das qualidades dos elementos arquitetônicos ou adicionais (mapas, totens, sinalização sonora...) que permitem a compreensão da identidade

dos objetos no espaço. No caso de portadores de deficiência sensorial (surdos, cegos e com baixa visão) fontes alternativas de informação deverão estar disponíveis quando necessárias. (BARRETO, 1997)

Os princípios permitem aos profissionais da engenharia e da arquitetura a compreensão de conceitos de acessibilidade relacionados ao espaço físico. Não existem modelos de adequações físicas, mas por meio dos princípios do Desenho Universal, os engenheiros, os arquitetos e os técnicos podem realizar projetos de forma a garantir o acesso a todos.

4.3 PROPOSTA DE INSERÇÃO DAS DISCIPLINAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Em meados dos anos 70 movimentos favoráveis a língua de sinais a consideravam como uma linguagem eficiente que permitia o desenvolvimento global dos surdos surgindo a proposta bilíngue (libras + linguagem nativa).

De acordo com Bueno (2001) A declaração de Salamanca reconhece a língua de sinais e a possibilidade de sua utilização para educação dos surdos, bem como a manutenção dos sistemas especiais de ensino como classes e escolas especiais.

De acordo com Coutinho (2000) a estrutura da Libras é composta por sinais que correspondem a uma palavra, uma ideia, ou até mesmo uma frase, os artigos não são usados na comunicação, envolve, sinal composto, formado por dois ou mais sinais que representam duas ou mais palavras mas com uma única ideia; a datilologia (alfabeto manual), que é usada para expressar nomes de pessoas, de localidade e outras palavras que não possuem um sinal; o sinal soletrado, ou seja, uma palavra da língua portuguesa que por empréstimo, passou a pertencer a libras por ser expressa pelo alfabeto manual com uma incorporação de movimento próprio desta língua .

O método bilíngue assegura ao deficiente auditivo, o acesso pleno a cidadania e a à inserção social, a reivindicação da comunidade surda para ter assegurado o direito de usar a língua de sinais, fez com que vários estados reconhecessem a Libras, como língua oficial da comunidade surda.

Ao ser reconhecida como disciplina no ensino superior, a Libras possibilita o desenvolvimento linguístico, intelectual e social de seus usuários, ampliando-se para os atendimentos públicos da sociedade, impulsionando a inserção social do surdo, pois este poderá exercer a sua cidadania participando de maneira ativa e consciente no meio social, já que sua língua materna será respeitada e assimilada pelo meio social.

Para promover arquivos mais acessíveis, propomos a Inserção da disciplina de Libras no curso de Arquivologia. Com a promulgação da Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação dos surdos, determina que sejam garantidas formas para sua institucionalização e difusão, bem como a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia – e sua posterior regulamentação através do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 estudos vêm sendo desenvolvidos em diversas partes do Brasil acerca da implementação da disciplina de Libras no ensino superior, com destaque para sua implementação nos cursos de licenciaturas.

Para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, campo de atuação dos egressos dos cursos de licenciaturas, segundo o Decreto n. 5.626/2005, a educação bilíngue pode ser desenvolvida com atuação de “docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa”. Nesse contexto, há um movimento para o reconhecimento da importância da Libras no processo de educação dos surdos e busca-se levar os futuros professores (alunos de licenciaturas) a conhecer em alguma medida essa língua, procurando favorecer o atendimento educacional que prestarão aos alunos surdos. A implementação da disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas pode fortalecer a inclusão escolar desses alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da acessibilidade é relacionada a três fatores: o primeiro social (referindo-se ao combate ao preconceito e à promoção da integração das pessoas com necessidades especiais); o segundo institucional (de promoção da acessibilidade pelas diversas unidades de informação arquivista na sociedade); e o terceiro formativo-profissional (referente à implicação na tríade arquivista-arquivos-usuários).

Exige-se, portanto, uma necessidade de tomada de consciência global. Considerando o papel social dos arquivos como unidades de informação, e a busca do aumento de práticas informacionais democráticas e acessíveis, visando a entender como interferem nas necessidades e usos de informação por parte dos usuários, faz com que tenhamos a certeza que ainda existe um horizonte muito vasto a percorrer em busca da otimização da relação arquivista, arquivo e usuário, incluindo aqueles com deficiência.

O arquivo acessível, constitui-se em um ambiente de informação arquitetonicamente adequado, e onde as informações sobre seu acervo sejam disponibilizadas em formato alternativo, proporcionando o acesso aos documentos por parte dos usuários com deficiência.

Conclui-se que essa temática necessita ser discutida pela arquivologia em seus mais diversos níveis, sendo esta uma prática coerente a responsabilidade social do arquivista enquanto profissional da informação.

ABSTRACT

In the last two decades the company has advanced even in the slow pace in some breaks paradigms and shift in thinking. History shows the pre-existing concept and the lack of information about the correct treatment to people with disabilities. With the advent of laws to ensure equality and equity, private and government institutions have changed their conduct in relation to how they deal with people with disabilities. Immersed in this context, this study aimed to discuss the issue of accessibility in the context of the files, little discussed issue, that, in order to incite a theoretical reflection with practical perspective. This research is characterized exploratory given that sought bibliographical deepening on the subject and also as descriptive. The results allowed identifying the inaccessibility both in regard to physical access barriers as barriers to access to information and communication for people with disabilities. That said, it is understood that the archival science, must seek to reflect and discuss this issue at various levels, both theoretical and practical, which is a social responsibility of this field, namely: the concern with access to archival documents for users including people with disabilities.

Keywords: Acceccibilit, Archive, Files accessible.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

BAGGIO, Rodrigo. **A sociedade da informação e a infoexclusão**. Ciência da Informação, Brasília, 2000.

BARRETO, Auta Rojas; Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). **Gestão de unidades de informação**: manual. Curitiba: TECPAR; Brasília: IBICT, 1997.

BUENO, J.G.S. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Integração, Brasília, 2001.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

COUTINHO, D. **Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças)**. V. II, Arpoador 2000.

DISCHINGER, Marta. **Desenho universal nas escolas**: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. SME, Florianópolis: Prelo, 2004.

DISCHINGER, Marta e MACHADO, Rosângela. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis**. IN.: Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação especial. Ano 2, nº 2, agosto/2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEREDA HERREDIA, Antônia. Archivista general. **Teoria y Pratica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1995.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, Educação e Campo social**: discursos e práticas de informação. 1990. Tese (Doutorado em Comunicação) -Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992

MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. **A Mediação da Leitura na Família, na Escola e na Biblioteca através das Tecnologias de Informação e de Comunicação e a**

Inclusão Social das Pessoas com Necessidades Especiais. Inclusão Social, Brasília-DF, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas, 5ª Ed. São Paulo: Cortez. 2005.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

Site Presidência da República, Casa Civil . **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil - 03/ ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>> acesso em 24/06/2016.